ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2026 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2026 – Estado da Questão

Textos

ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, César Neves, Patrícia Jordão e Fernanda Magalhães
Design gráfico e paginação: Paulo Freitas

ISBN: 978-989-36906-3-5

Edição: Associação dos Arqueólogos Portugueses e Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho
Lisboa, 2026

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:
Planta da cidade romana, sobreposta pelo sistema defensivo romano e medieval (Magalhães, 2019: 6)
Desenho de contracapa:
Proposta de restituição do teatro de *Bracara Augusta* (adaptado de Martins *et al*., 2013: 67)

Organização:

Apoios:

Esta iniciativa é apoiada através do Financiamento Plurianual do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), Ref.ª UID/04509: Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT/UM), financiado por fundos nacionais (PIDDAC) através da FCT/MCTES.

Índice

15 Prefácio
José Morais Arnaud

1. Pré-História

19 Modelação preditiva, aprendizagem automática e validação arqueológica: repensar padrões de ocupação da paisagem no Pleistoceno
Pedro Guedes Horta

29 A jazida acheulense do Canal Intercetor de Esposende I (NW de Portugal): enquadramento geoarqueológico e caracterização preliminar da indústria lítica
Sérgio Monteiro-Rodrigues / Carlos Ferreira

43 O tecno-complexo Acheulense na fachada atlântica da Península Ibérica: divulgação e balanço de novas investigações
Carlos Ferreira / Eduardo Méndez-Quintas / João Pedro Cunha-Ribeiro

57 Economia do Quartzo: primeiros resultados experimentais para o estudo das indústrias em quartzo do Paleolítico Médio em Portugal
Maria Melo / João Zilhão / Thierry Aubry

65 Mudança e Continuidade na Subsistência Paleolítica da Rede Cársica da Nascente do rio Almonda, Torres Novas
Mariana Nabais

77 As oficinas de talhe na freguesia da Ramada, Odivelas: dois casos de estudo
Anabela Joaquinito / João Caninas

89 Dinâmicas tecnológicas e funcionais de projéteis líticos no Paleolítico Superior do Sul de Portugal
Gonçalo Machado / Pedro Horta

97 Contributos para o conhecimento das imagens paleolíticas do Vale do Côa: as campanhas de documentação na Foz da Ribeirinha, Ribeira das Cortes e Quinta da Barca Sul
André Tomás Santos / Luís Luís / Tania Mosquera Castro / Marcelo Silvestre / Thierry Aubry

113 Figuras raras na arte rupestre do Paleolítico Superior da região do Côa
Mário Reis

129 ArtLantic: veados no Holoceno Atlântico, entre mundos de pedra e osso
Joana Valdez-Tullett / Trond Lødøen / Sofia Figueiredo-Persson / João Muralha

141 Em torno das estruturas de fogo de Casal Leitão (Lourinhã): resultados de um programa experimental
Ana Cristina Araújo / Ana Maria Costa / José Bruno Cruz / Pedro Cura / Patrícia Monteiro / César Neves / Carlos Simões / André Teixeira

155 A presença do *Bos primigenius* da Lorga de Dine (Vinhais, Bragança): estudo zooarqueológico e contextualização no Nordeste Transmontano
Filipe Barbosa / Cláudia Costa / Hugo Aluai Sampaio

165 Ir construindo para se ir habitando. Organizar espaços, organizando sociedades. O caso de Castanheiro do Vento, um sítio da pré-história recente do Alto Douro português
João Muralha / Ana Vale

177 Do Rio a Vila Nova de São Pedro: reconstrução paleoambiental e navegabilidade do Rio Almoster
Ana Maria Costa / Maria da Conceição Freitas / André Patrocínio / César Neves / João Pedro Tereso / Cláudia Oliveira / Mariana Diniz

189 Dinâmicas de exploração e consumo de recursos siliciosos em Vila Nova de São Pedro (Azambuja): análise de novos dados (2019-2022)
Patrícia Jordão / César Neves / Mariana Diniz / José Morais Arnaud

207 O sagrado, o simbólico e o doméstico no 3º milénio AC: as figurinhas antropomórficas de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) e as paisagens ideotécnicas do Calcolítico do SW peninsular
Mariana Diniz / César Neves / José Morais Arnaud

221 Vila Pouca: um dos locais mais importantes da Pré-História de Lisboa?
Nuno Pires / Carlos Didelet

235 2900 a.C. no Sudoeste Peninsular. Algo mais que uma crise superada?
António Carlos Valera

249 Estudo do material lítico das estruturas de enterramento da Mamoa da Portela da Anta / Casinha dos Moiros, Arouca, Centro-Norte de Portugal
Lúcia Machado / Pedro Horta

259 Mamoa do Forninho (Rio de Loba, Viseu): salvando meia mamoa
Maria de Jesus Sanches / Miguel Almeida / Sílvia Coelho / Américo Araújo / Mónica Corga

275 Os Monumentos tipo *tholoi* do concelho de Sintra (3º milénio a.C.) – Estado do conhecimento e perspetivas de investigação
Catarina Costeira / Eduardo Porfírio / Pedro Mendes / Teresa Simões

295 Os elementos de adorno: contas pendentes do Monumento Pré-histórico da Praia das Maçãs (Sintra)
Rita Loureiro / Catarina Costeira / Eduardo Porfírio / Ana Catarina Sousa / Carlos P. Odriozola

307 Megalitismo funerário e monumentalidade: origens e evolução no Alentejo Central (Portugal)
Leonor Rocha

319 Dinâmicas da ocupação pré-histórica no concelho de Avis: resultados do projecto TEMPH (2014–2025)
Ana Cristina Ribeiro

327 Santa Maria 3 (Serpa): análise antropológica e funerária de um sepulcro do 3.º milénio a.C.
Helena Gomes / Lucy Shaw Evangelista / Tiago do Pereiro / António Carlos Valera

339 Contribuição da Zooarqueologia para o Estudo das Práticas Funerárias no Calcolítico do Alentejo: os *Tholoi* de Monte do Cardim 6 e Horta do João da Moura 1
Matilde Pereira / Cláudia Costa / António Faustino Carvalho

349 O Edificado, observado e o subterrâneo: uma abordagem tridimensional e transdisciplinar na paisagem megalítica do Algarve
Luísa M. Teixeira

361 Estudo das Grutas Arqueológicas do Algarve
João Varela

2. Proto-História

371 **2.1.** Distribuição espacial das gravuras rupestres com círculos segmentados entre as Rias Baixas e o Norte de Portugal: análise interpretativa
Diogo Marinho / Ana M.S. Bettencourt

383 **2.2.** O povoamento da Idade do Bronze no estuário do rio Douro: Novos dados
Marta Borges / Ana M. S. Bettencourt / Mário Gonçalves

395 Contributos para o estudo dos hipogeus do Bronze Médio do SO na região de Beja e Serpa: o caso do Monte do Carrascal I (Beja)
Domingos Borges

405 Os colares associados a Inumações Humanas na Necrópole de Hipogeus do Bronze do Sudoeste de Torre Velha 3 (Serpa)
António M. Monge Soares / Eduardo Porfírio / Pedro Valério / Catarina Alves / Luís Cerqueira Alves / Luís Mota Ferreira / Catarina Costeira / Susana Estrela / Miguel Serra

423 A cerâmica da necrópole de Medarra (Ervidel, Aljustrel): novos dados para um sítio da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular
Mariana Silva / Ana Catarina Basílio / Rute Silva / Maria João Marques / Samuel Melro / Miguel Serra / Nelson J. Almeida

433 Recursos, Tecnologias e Culturas Têxteis na Idade do Bronze do Sul de Portugal (2200-800 a.n.e.): Resultados e Perspetivas do Projeto Exploratório *TransTexTec*
Francisco B. Gomes / Catarina Costeira / Ricardo Basso Rial / Carina Amaratelal Nunes / Cleia Detry / Nelson Almeida / Eduardo Porfírio / Sérgio Gomes / Linda Melo / Yuna Le Quéré / Leandro Borges

449 Economia do metal entre o Bronze Final e a Primeira Idade do Ferro: os depósitos de Fonte Velha (Barcelos) e Quinta do Ervedal (Fundão)
Carlo Bottaini / Raquel Vilaça / Ignacio Montero Ruiz / Dirk Brandherm

461 Representações femininas na arte rupestre da Idade do Ferro em Portugal: novas perspetivas a partir do Vale do Sabor
Sofia Figueiredo-Persson

473 O registo da Pedra Formosa do Balneário Sul da Citânia de Briteiros (Guimarães). Decoração e epigrafia
Gonçalo Cruz / Francisco Sande Lemos / Rui Pedro Barbosa / António Freitas Ribeiro

487 Excepções à regra? As esculturas zoomórficas do Castro de Sabroso (Guimarães)
Gonçalo Cruz / Carlos Leal Gomes / António Freitas Ribeiro / Francisco Abreu

499 Perspetivas e balanço do projeto *ProBracari*: o estudo sobre o Castro Máximo (Braga)
Nuno Oliveira

515 Fonte do Soldado – Primeiros Resultados de um sítio inédito
Adriaan De Man / João Tiago Tavares

527 A colina da Sé de Viseu na II Idade do Ferro: estudo de um conjunto cerâmico e seus contextos
Yasmin Puga / Pedro Sobral de Carvalho / Nádia Figueira / Raquel Vilaça

543 O uso de recursos vegetais nas unidades domésticas da Beira Interior durante o I milénio a.C.
Inês Soares / João Pedro Tereso / Raquel Vilaça

557 Que histórias nos conta o centeio no sudoeste da Europa? O projeto *RYSE*
Luís Seabra / Allowen Evin / Sarah Ivorra / Laurent Bouby / Eleonora Cagliero / João Tereso / Jérôme Ros

569 Arqueometria aplicada aos conjuntos cerâmicos da fase arcaica da Idade do Ferro em Lisboa: o projecto Phoenset
Elisa de Sousa / Benjamín Cutillas-Victoria / Alberto López López / Francisco B. Gomes / Patrícia Jordão / Petra Pinto / Paulo Rebelo / Ricardo Ávila / João Luís Cardoso

581 Iconografia taurina em cerâmica da Idade do Ferro do Largo de Santa Cruz do Castelo (Lisboa)
Elisa de Sousa / Benjamín Cutillas-Victoria / Alberto López López / Sandra Guerra

595 O instrumental têxtil do povoado da Idade do Ferro da Quinta do Almaraz (Almada)
Ana Olaio / Francisco B. Gomes

605 Fechos de Cinturão: Contributo para o Estudo da Indumentária da I Idade do Ferro no Sul de Portugal
Yuna Le Quéré

617 Revisitando espólio – as ânforas D de Pellicer da intervenção no Quintal da Polícia Judiciária (Faro, Algarve, Portugal)
Inês Domingos da Silva

627 A presença de *bucchero* etrusco na Península Ibérica
Margarida M. de S. Rodrigues

3. Antiguidade Clássica e Tardia

639 Beneath the surface: Dinâmicas de ocupação e mobilidade no vale do Rabagão entre a Idade do Ferro e o Período Romano
Bruno Filipe Poças Dias / Diego Machado / Rebeca Blanco-Rotea / Natália Botica

651 Novos dados sobre a ocupação proto-histórica e romana do Castro de Alvarelhos (Trofa, Portugal)
Daniela Ferreira / Rui Centeno / Leandro Costa / Rui Morais / Francisco Raimundo

665 Um regresso ao Prazo (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) – um primeiro testemunho
Antonio Sá Coixão / Tony Silvino / Pedro Pereira

677 A cidade como cenário e símbolo de poder: de *Bracara Augusta* a *Bracara* (I a.C. – VII d.C.)
Francisco Folgueira Ríos / Diego Machado / Manuela Martins

689 Permanências e transformações do sistema viário de Braga: os novos dados arqueológicos da rua dos Falcões n.º 18/rua do Anjo n.º 39 e da antiga Fábrica Confiança
Letícia Ruela / Maria do Carmo Ribeiro / Fernanda Magalhães

701 A cultura do linho durante a Antiguidade no vale do Douro: testemunhos do sítio de Trás do Castelo (Vale de Mir, Pegarinhos)
Tony Silvino / Pedro Pereira / Yannick Teyssonneyre / César Oliveira

715 Um rio, duas cidades e seus territórios: linhas de investigação sobre o povoamento romano do Baixo Mondego
Pietro Mack

723 O Quarteirão urbano a norte da Casa dos Repuxos: resultados e balanço do projecto no Vale Norte de Conimbriga (2023-2025)
Ricardo Costeira da Silva / José da Silva Ruivo / Virgílio Hipólito Correia / Vítor Silva Dias

739 Entre o gesto e o vestígio: interações organismo-substrato na cerâmica romana da *Villa* Romana da Quinta da Bolacha (Amadora)
Vanessa Dias / Gisela Encarnação / Carlos Neto de Carvalho

751 Resiliência de um teatro romano na Lisboa do século XXI: novos dados sobre o monumento cénico
Lídia Fernandes / Carolina Grilo / Patrícia Brum

763 As dinâmicas de Povoamento Romano em torno de Monte dos Castelinhos: II – o sítio de Aposento
João Pimenta / José Barreto Domingos / Henrique Mendes

777 Do sítio rural de época romana à paróquia medieval de São Martinho de Moazares (Penafiel, Norte de Portugal)
Maria José Santos / Helena Bernardo / Teresa Soeiro

793 A reorganização do território rural na transição da época romana para a Antiguidade Tardia: entre os rios Ferreira, Tâmega e Douro
Rúben Mendes

801 A Sacralização da Água no Norte Português: As Ninfas como Agentes Tutelares das Termas Romanas
Patrícia Miranda / Rita Assunção

813 Três termas da Lusitânia. Análise tipo-morfológica das termas de Condeixa-a-Velha, Évora e Lisboa
Pedro Vasco Martins

829 Demografia na Lusitânia Romana: o contributo epigráfico para o estudo da estrutura e da mobilidade populacional
Lívia Silva Spinacé

839 (Re)colher o colhido: da amostragem ao estudo arqueobotânico na Cividade de Bagunte
Catarina Magalhães / João Pedro Tereso / Cláudia Oliveira / Luís Seabra / Pedro Brochado de Almeida / Ana Rita Filipe

861 Matas, matos, pomares e searas na Conimbriga alto-imperial: evidências arqueobotânicas das intervenções no Vale Norte
João Pedro Tereso / Cláudia Oliveira / Luís Seabra / Virgílio Hipólito Correia / José Ruivo / Vítor Dias / Ricardo Costeira da Silva

875 Um depósito faunístico num tanque do vale norte de Conímbriga: contributos zooarqueológicos para a interpretação de um novo edifício (século IV/V)
Patrícia Aleixo / Cleia Detry / Virgílio Hipólito Correia / José da Silva Ruivo / Vítor Silva Dias / Ricardo Costeira da Silva

887 O papel das Aves na Lusitânia Romana: Das fontes clássicas aos dados zooarqueológicos
Ana Beatriz Santos / Patrícia Aleixo

901 A Fábrica Romana de Salga de Peixe de Cacilhas (Almada)
Telmo António / João Santos / Jorge Almeida / Sérgio Rosa

915 Produção piscícola na cetaria VII da Fábrica Romana de Cacilhas (Almada, Portugal): evidência zooarqueológicos e datação por radiocarbono
Sónia Gabriel / Telmo António / Ana Maria Costa

927 Para além das moedas: novas leituras do tesouro da Chaira (Vinhais) através do estudo do recipiente cerâmico
César Oliveira / Jorge Costa / Fabio Sitzia

937 Uma análise da Cerâmica Romana da Oficina de Vidro dos CTT, em Braga – Portugal
Maria Alexandra de Sousa / Jorge Manuel Ribeiro / Cristina Braga

947 Dinâmicas de consumo em *Bracara Augusta*: o que revela a cerâmica da zona arqueológica das Antigas Cavalariças (Braga)
Eduardo Alves / Fernanda Magalhães

957 Cultura material e práticas de consumo em *Bracara Augusta*: estudo preliminar do espólio cerâmico do Largo Carlos Amarante, n.os 1–3 (Braga, Portugal)
Cláudia Antunes / Luís Silva / Letícia Ruela / Fernanda Magalhães / Maria do Carmo Ribeiro / Eduardo Alves

967 Contributo para o estudo da ocupação romana entre os rios Douro e Ave: os recipientes de armazenamento de tipo *dolia* do sítio do Barroso (Nogueira e Silva Escura, Maia)
Pedro Pereira / André Tomé

977 A cerâmica comum na estação viária de Eira Velha (Miranda do Corvo)
Ricardo Costeira da Silva / Inês Rasteiro / Sara Almeida

989 *Sigillata* e cerâmica comum romana da Rua Augusta/1988: uma página singular da história da arqueologia de Lisboa
Rodrigo Banha da Silva

1001 Os materiais de construção cerâmicos de época romana do Museu Nacional de Arqueologia: o caso da *Villa* Romana de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz)
Inês Rasteiro

1013 Calçar a eternidade: os calçados em contextos funerários de *Bracara*
João Fernandes / Diego Machado / Jorge Ribeiro

1023 A olaria e a necrópole romana da Parvoíce (Alcácer do Sal): dinâmicas de ocupação e reutilização de um espaço periurbano de *Salacia* entre o Neolítico e o Alto Império
Paula Pereira / Camila Lacueva / Tiago do Pereiro / José Carvalho / Cheila Ribeiro / Sofia Nogueira / Lucy Shaw Evangelista / Tiago Nunes

1037 Santuário da Nossa Senhora da Lapa, Sernancelhe: Escultura feminina da época romana do tipo Artemísia do Mausoléu de Halicarnasso
Luís Jorge Gonçalves / Mila Simões de Abreu / Cláudia Matos Pereira / Ana Nunes

1047 Dados Romanos em Portugal: inventariação de objetos lúdicos em coleções museológicas
Alexandra Vieira

1059 Bens móveis arqueológicos de interesse nacional ou "Tesouros Nacionais": o caso do acervo de cronologia romana
Patrícia Brum

4. Época Medieval

1073 Arquitetura e paisagem: proposta metodológica para o estudo do Castelo de Monforte de Rio Livre
Maria Eduarda Fernandes Chaves / Maria do Carmo Ribeiro / Rebeca Blanco-Rotea / Emilio Abad Vidal

1085 A cerâmica tardo-medieval de Braga: entre a herança e a inovação
Diego Machado / Manuela Martins

1099 Os mosteiros bracarenses na Idade Média: uma aproximação da Arqueologia da Paisagem
Francisco Andrade

1109 As Moedas de Bolhão do Conjunto Numismático do Mosteiro de São João de Tarouca: Análises por Florescência de Raios X
Inês Guedes

1119 Estratificação social e circulação monetária nos finais da Idade Média: contributo para o estudo das moedas de Braga
Maria da Conceição Silva / Diego Machado / Jorge Ribeiro

1129 Os cacos do quotidiano na história da ocupação medieval de Aveiro
Susana Temudo

1145 Banhos de Purificação Judaicos | MIKVEH de Coimbra. A evidência arqueológica da presença judaica em Coimbra
Raquel Santos

1157 Muralhas sobre muralhas: evolução do sistema defensivo do Morro do Castelo de Abrantes da Idade do Bronze Final à Baixa Idade Média
Gustavo Portocarrero

1169 Muralha Fernandina. Uma memória no Miradouro da Graça. Lisboa
Rui Pinheiro

1181 Economia urbana e sistemas alimentares em Almada na Baixa Idade Média: zooarqueologia e salvaguarda patrimonial na Rua Rodrigues Freitas, n.º 18-20
Eva Pires / Sérgio Rosa / Beatriz Calapez Santos / André Teixeira

1197 Uma necrópole ao Sul do Cávado: dados preliminares da intervenção arqueológica e bioantropológica efetuada na antiga Igreja de Paradela – Barcelos (séculos XII-XX)
Sandra Assis / Linda Melo / Francisca Alves-Cardoso / Cláudio Brochado

1207 O edifício da *Trancoso Invest*: principais resultados e conclusões da intervenção arqueológica
João Carlos Lobão / Maria do Céu Ferreira / Inês Batista / Inês Fernandes

1219 Uma inumação infantil medieval com esporas em Santa Clara-a-Velha (Coimbra): contexto arqueológico, análise antropológica e enquadramento cronológico
Mónica Corga/ Maria Teresa Ferreira / Isabel Feijão

1233 Ritual e comunidade: a vida e a morte na mouraria da Lisboa medieval cristã – dados antropológicosda Rua dos Lagares 54-66
Cláudia Maio / Tiago Nunes / Lucy Shaw Evangelista / Sofia Nogueira / Manuel Fialho Silva

1245 Vida e morte na Lisboa medieval: as necrópoles das minorias religiosas da encosta de São Gens
Lucy Shaw Evangelista / Manuel Fialho Silva / Anabela Castro / Marina Lourenço / Filipe Ribeiro / Tiago Nunes

1255 Rituais que Revelam Identidades: Contextos Funerários de uma Necrópole Medieval da Mouraria de Lisboa
Anabela Castro / Susana J. Garcia

5. Época Moderna

1275 Casa Conde Vilas Boas (Barcelos, Portugal) – apresentação dos primeiros resultados das intervenções arqueológicas
Joana Pereira / Lia Carvalho / Cláudio Brochado

1289 Marcas de caráter religioso gravadas em habitações de Idade Moderna na Beira Interior: revisão de uma problemática em torno de judeus e cristãos-novos
Pedro Mendes

1303 Casa das Talhas: Um verdadeiro palimpsesto na malha urbana da Alta de Coimbra. Evidências arqueológicas de longa diacronia
Raquel Santos / Sérgio Madeira

1313 Ocupação e transformação nas habitações da Rua da Fonte, n.º 2, 6 e 8, e na Casa dos Arcos em Odivelas. Contributos da arqueologia de salvaguarda junto à cerca do mosteiro de São Dinis e São Bernardo
Miguel Martins de Sousa / António M. de Azevedo / Adriana Gomes / Richard Peace

1327 Sondagens de diagnóstico nos edifícios classificados do Mosteiro de Odivelas: da Arqueologia Preventiva à Vida Monástica
Regis Barbosa / Elisabete Conceição / André Jerónimo Pereira

1339 Trabalhos Arqueológicos no Mosteiro de Odivelas – Dinâmicas de Ocupação e Reconfiguração do Espaço
Rui Ribolhos / Beatriz Correia Barata

1355 Ribeira das naus: um porto escondido
Inês Mendes da Silva

1367 A igreja e o hospital da Misericórdia da Ribeira Grande de Santiago, Cabo Verde: da arqueologia preventiva à valorização patrimonial
André Teixeira / Nireide Tavares / Beatriz Calapez Santos / Fábio Jaulino / Jaylson Monteiro / José Lima

1381 Banco de Portugal: uma perspectiva diacrónica dos restos faunísticos desde o período Romano ao período Moderno
Cleia Detry / Ana Beatriz Santos / Artur Rocha

1395 O que os olhos não veem: Plantas exóticas na Lisboa moderna e o contributo da arqueobotânica para a arqueologia urbana
Mariana Costa Rodrigues / José António Bettencourt / João Pedro Tereso / Dulce Freire

1409 Produção, circulação e consumo de recipientes cerâmicos na Braga moderna: contributo a partir da leitura estratigráfica e análise química
Lara Fernandes / Maria do Carmo Ribeiro / Fernando Castro / Tiago Teixeira

1425 Cerâmica moderna em contexto urbano: o estudo da intervenção arqueológica na Rua Nossa Senhora do Leite, n.os 8–10 (Braga)
Lara Fernandes / Fernanda Magalhães / Maria do Carmo Ribeiro / Letícia Ruela / Luís Silva / Eduardo Alves / Cláudia Antunes

1437 Um conjunto de cerâmica descartada das olarias da zona oriental da cidade – Rua Particular à Rua Manuel Soares Guedes, Lisboa
Luísa Batalha / Raquel Santos / João Damásio / Vítor Frazão / Guilherme Cardoso

1453 Grafia e desenho sobre chacota de faiança: Evidências da Rua Damasceno Monteiro (Lisboa)
Filipe Santos Oliveira / Rodrigo Banha da Silva

1467 Louça de um contexto de meados do século XVII de Ponta Delgada: abastecimento e consumo
João Gonçalves Araújo

1485 Calçar e descalçar *pantufos*: contributos para uma Arqueologia do calçado em Portugal (séculos XV-XVI)
Inês Moreira Rato / Miguel Carvalho / Carla Alferes Pinto / Ana Catarina Garcia

1499 Perdidos e achados. Artefactos em osso e marfim de Idade Moderna descobertos em Lisboa (Portugal)
Carlos Boavida

1513 A face oculta. Um caso de estudo de reutilização de azulejos em Lisboa
Mariana Almeida / Vasco Vieira / José Pedro Henriques / Tiago Pereira / Vanessa Filipe

1521 Um Santo António sobre vidro – um exemplo da indústria vidreira portuguesa (?)
Ines Coutinho/ Rodrigo Banha da Silva / Vanessa Otero / Filipe Santos Oliveira

1533 O vidro de botica no século XVIII: recipientes e utensílios provenientes da copa do Palácio dos Marqueses de Marialva (Lisboa)
Miguel Carvalho

1549 Estudo Arqueométrico de vidros, dos inícios da Idade Moderna, da Zona da Arrochela (Silves, Sul de Portugal)
Dana Rohanová / Sylwia Siemianowska / Rosa Varela Gomes / Mário Varela Gomes

1561 Contas de vidro do tipo *chevron* ou *rosetta*. Novos contributos do litoral de Angola e Lisboa (Convento de Santana)
Sylwia Siemianowska / Dana Rohanova / Rosa Varela Gomes / Mário Varela Gomes

1581 Selos metálicos alfandegários da região de Tavira (Séculos XV-XIX): caracterização morfológica e funcional
Ana Manzi / João Pedro Bernardes

1593 A evolução da sonda náutica desde a Época Romana até ao Século XVIII: o caso de estudo do Barlavento Algarvio
Maria Paula de Carvalho Silva / Gonçalo C. Lopes

1603 O Mosteiro de Santa Maria de Seiça: um contexto monacal e funerário entre os séculos XV a XIX
João Abrantes / Liliana Matias de Carvalho / Sofia N. Wasterlain

1615 O Adro da Sé de Aveiro: Ocupação Funerária do Espaço Conventual em Época Moderna
Sofia Nogueira / Lucy Shaw Evangelista / Andreia Lourenço

1629 Memórias gravadas nos ossos: evidências funerárias do Convento de Santo André (Vila Franca do Campo, São Miguel)
Daniela Cabral / Sofia N. Wasterlain / Maria Teresa Ferreira

1639 Cultura material e a construção da imagem da infância: entre a interpretação arqueológica e autoria das crianças
Dhemy Brito

1647 Os portugueses e as primeiras notícias sobre arte rupestre no Brasil
Mila Simões de Abreu / Suely Amâncio Martinelli / Carlos Alberto Etchevarne

6. Época Contemporânea

1663 A paisagem agrária do Extremo (Arcos de Valdevez) entre os séculos XVII e XIX: uma leitura arqueológica
Clara Andreia Lemos / Rebeca Blanco Rotea / Francisco Azevedo Mendes

1675 Da saboaria à residência universitária: arqueologia industrial e memória urbana na antiga Fábrica Confiança (Braga)
Maria do Carmo Ribeiro / Fernanda Magalhães / Letícia Ruela / Luís Silva / Lara Fernandes / Inês Silva / Cláudia Antunes / Eduardo Alves / Eduarda Chaves

1687 Os Rostos da Cólera: intervenção da Biblioteca Pública Municipal do Porto (2024 – 2025)
Sofia Nogueira / José Carvalho / Lucy Shaw Evangelista / Sérgio Amorim / Francisco Raimundo

1703 O telégrafo da Branca (Albergaria-a-Velha) revelado pela arqueologia e a telegrafia ótica oitocentista entre os rios Vouga e Douro
António Manuel S. P. Silva / Sara Almeida e Silva / Paulo A. P. Lemos / Hugo Aluai Sampaio

1721 Salinas da Figueira da Foz: proposta metodológica para o seu estudo arqueológico
Natália Quitério

1729 Salvaguarda do património naval tradicional: o Varino Amoroso no Estaleiro Naval Jaime Ferreira da Costa & Irmão, Lda.
Patrícia Alexandra Luís da Silva

1743 Um complexo molinológico no Rio Vascão. Um caso prático
Rodrigo Teixeira

1751 O cemitério de Santo Ildefonso (Porto): o contributo da Arqueotanatologia para o estudo das práticas funerárias no início do liberalismo em Portugal em tempos de cerco, fome e cólera
Maria João Neves / Maria Teresa Ferreira

1765 Redescobrir o Cemitério Civil do Alto do Lombo (Cascais, 1876–1892)
Nuno F. Poínhas Pires / Liliana Matias de Carvalho / Rute Rua

7. Arqueologia Pública, Comunicação e Didáctica

1779 Arqueologia e Sociedade: 3 projetos, 3 encontros e 6 ideias para o futuro
Sara Cura / Susana Nunes / Eduardo Porfírio / Miguel Serra

1791 Do Objeto ao Público: Mediação Cultural e Acesso Digital ao Património Arqueológico
Isla Torres / Fernanda Magalhães

1801 Visitas orientadas a museus com coleções de arqueologia: entre teoria e prática
Elsa Luís / João Valente

1813 Comunicar a Pré-história: contributos para estratégias de comunicação das coleções do Neolítico e do Calcolítico do MNA
Carine de Souza

1823 Entre a Idade do Ferro e Roma: Mediação Digital do Património Arqueológico em Contexto Museológico
Isla Torres / Fernanda Magalhães

1837 ArqueoLoci: da fragmentação à governança colaborativa no turismo arqueológico em Portugal
Sandra Naldinho / Alexandra Vieira / Miguel Serra / Sofia Fonseca

1849 Para além da Transmissão: Escuta, Participação e Co-construção de Conhecimento com Crianças em Projetos de Educação Patrimonial
Dhemy Brito / Fernanda Magalhães / Carlos Campos / José Gabriel Andrade

1861 *ARQUEOLAB: No rasto das migrações*: Comunicar e aprender através do jogo em Arqueologia
Ana Vale / Andreia Arezes / César Guedes / Susana Nunes

1873 O Passado como Bem Comum: Arqueologia, Identidade e Sociedade em Braga
Mafalda R. Lima Faria / Fernanda Magalhães

1881 Ruínas e Oportunidades para Empresas e Marcas: O Caso de Braga
José Gabriel Andrade

1891 Passeios Arqueológicos no Centro Histórico de Coimbra
Sérgio Pedro Freitas Madeira / Ana Sofia dos Santos Gervásio / Clara Isabel Almeida S. e Oliveira / Sílvia Raquel Ribeiro dos Santos

1903 Almada, um caso de estudo na relação arqueologia-museu-comunidade
João Valente / Elsa Luís / Jorge Almeida / Telmo António / Fernando Henriques / Ana Olaio / Sérgio Rosa / João Santos

1917 Desafio da integração comunitária: o caso das Ruínas Romanas de Milreu (Estoi, Faro)
Fernando Rodrigues de Jácomo

1929 Oficinas Pedagógicas de Arqueologia (OPA's) – Um programa de Educação Patrimonial na Madeira
Joana Santos /Marco Freitas / Giulia Monjardim

1941 Projecto *Blue Voices*: divulgar o Património Cultural Subaquático nas escolas através de actividades didácticas
Gonçalo C. Lopes / Joana Baço

8. Teoria, Metodologia e Historiografia

1957 A Sociedade Martins Sarmento e a internacionalização da arqueologia em Portugal: a *brigada inglesa* através da *Revista de Guimarães*
Ana Cristina Martins

1975 Susana em Miróbriga – uma encruzilhada de afetos
Manuela de Deus / Florbela Costa / Perpétua Guerreiro / Luís Cruz / Isabel Magalhães / Sérgio Pereira Bento / Ascensão Reis

1987 Dos artefactos às ideias: quatro décadas de teoria arqueológica em Portugal
Joana Valdez-Tullett / Sofia Figueiredo-Persson / João Muralha

1997 A arqueologia e a causa independentista açoriana
José Luís Neto / André Donas-Botto / Pedro Parreira

2011 50 Camadas de uma Revolução: ensaio de uma matriz estratigráfica
Cristina Gameiro / Sérgio Gomes / Daniel Carvalho / Sara Cura / Miguel Almeida / Thierry Aubry / Jacinta Bugalhão / Rui Gomes Coelho / Luís Luís / André Santos / Sara Simões / Ana Vale

2025 Ensaio sobre os programas políticos para a arqueologia nacional (eleições legislativas de 2025)
Pedro Parreira / André Donas-Botto / José Luís Neto

2031 Sob a Superfície: Saúde, Segurança e Risco na Prática Arqueológica
Liliana Matias de Carvalho / Mauro Correia / Raquel Gonzaga / Sónia Gabriel / Regis Barbosa

2043 Análise de Género da Pré-História nos Manuais Escolares
Giuliana Solbiati

2049 Arquitetura, gênero e controle do olhar: práticas de visibilidade no teatro romano de *Bracara Augusta*
Thiago Pires / Fernanda Magalhães

2057 Para além do "Ossário": Desafios Interpretativos e Proposta de um *Workflow* para a Classificação de Deposições Secundárias
Zélia Rodrigues / Anne Malcherek / Vitor Fonseca / Francisca Alves Cardoso

2071 Arqueobotânica e a Arqueologia de Salvaguarda no Algarve: a prática metodológica nos concelhos de Silves e Loulé entre 2001 e 2017
Maria Igreja Cravo / Roxane Matias / Patrícia Diogo Monteiro

2081 Arqueologia de uma disciplina: aparecimento e consolidação da Arqueogeografia (*Archéogéographie*) e uma breve reflexão sobre esta disciplina na arqueologia portuguesa
Bruno Freitas / André Donas-Botto

2091 Modelação Espacial de Sensibilidade Arqueológica com IA, SIG e Derivados *LiDAR*
João António Ferreira Marques / Jacinto Estima / Vanessa Antunes

2101 Deteção Remota e Tecnologias Geoespaciais Aplicadas à Identificação de Potencial Arqueológico na Serra de Montejunto (Portugal)
Vanessa Antunes / Telmo Pereira / João Fonte / Emanuel Carvalho / João Marques

2115 Entre o registo e a preservação: a fotogrametria na arqueologia urbana de Braga
Luís Silva / Letícia Ruela / Fernanda Magalhães / Maria do Carmo Ribeiro

2127 Stone Stories: ensaio sobre três placas gravadas do Vale do Sabor na *Deep History*
Sofia Figueiredo-Persson

2141 Sem contexto, sem memória? O caso de uma placa de xisto gravada da Pré-história Recente atribuída a Benagazil (Torrão, Alcácer do Sal)
Ana Amor Santos

9. Gestão, Valorização e Salvaguarda

2153 A salvaguarda do Património Arqueológico nos Planos Municipais de Ordenamento do Território: o Plano Diretor Municipal
Sandra Lourenço

2163 A Arqueologia nos Municípios, uma primeira e limitada tentativa de caracterização
João Tiago Tavares

2175 Da escavação à gestão patrimonial: arqueologia urbana e valorização do património urbano em Braga (2022-2025)
Fernanda Magalhães / Maria do Carmo Ribeiro / Letícia Ruela / Luís Silva / Lara Fernandes / Cláudia Antunes / Eduardo Alves / Eduarda Chaves / Eurico Machado

2189 Intervenção de conservação e restauro nos painéis de azulejos enxaquetados da "Casa das Talhas"
Filipa Formigo / Raquel Santos

2199 Mapas que ganham vida – a carta arqueológica da Lourinhã e o papel da comunidade na identificação e protecção do (seu) património arqueológico
José Cruz / Fernando António Baptista Pereira / Vanessa Antunes / César Neves / João Leitão

2211 Do *locus sacer* romano à vigilância da costa. História, investigação e valorização do sítio arqueológico do Alto da Vigia
Alexandre Gonçalves

2227 Quando a areia (des)aparece: desafios na gestão do património cultural marítimo de Cascais
Cristóvão Fonseca / Pedro Caleja / António Fialho / Sónia Rodrigues Sousa / Severino Rodrigues / Jorge Freire

2245 Arqueologia e Cidade: O Futuro da Salvaguarda em Lisboa
António Marques / Nuno Ferreira / Vasco Leitão

2255 Património arqueológico e ordenamento do território na Área Metropolitana de Lisboa: reflexões no âmbito da arqueologia municipal
Sérgio Rosa / Rodrigo Banha da Silva / André Teixeira

2267 MUSA – Um projecto de valorização do património cultural subaquático do Rio Arade
Vera Teixeira de Freitas / Pedro Barros / José Bettencourt / Cristóvão Fonseca / Gonçalo Correia Lopes / Frederico Tatá / Andreia Romão / Helena Valtierra

2277 *Arquivo da Arqueologia Portuguesa, Endovélico e Portal do Arqueólogo*: instrumentos de gestão pública do Património Arqueológico e da Actividade Arqueológica
Jacinta Bugalhão

2291 Rede Nacional de Reservas de Espólio Arqueológico
Ana Sofia Gomes / Jacinta Bugalhão / Filipa Bragança

2307 Geoportal único do Património Cultural
Filipa Bragança / Pedro Barros / Anouk Faria da Costa

2319 FAQ: PATA, PA e RTA
Miguel Bernardo / Inês Belém / André Texugo / Rodolfo Ferreira / Filipa Bragança / Ana Sofia Antunes / Ana Sofia Gomes / Jacinta Bugalhão

2333 O ICOMOS – ICAHM Portugal (Desde 2026)
Patrícia Brum / Orlando Sousa / Mariana Nabais

2339 Incêndios Florestais e Património Arqueológico: Impactos, Vulnerabilidades e Estratégias de Mitigação
Vanessa Cardoso Antunes / Paulo Roberto Regato Filho

2349 Entre a Revelação e a Perda: o paradoxo da arqueologia na agricultura intensiva do Baixo Alentejo
André Donas-Botto / Álvaro Ferreira / Andreia Rosa / Fábio M. Vivas / Gonçalo Paulos do Nascimento / Margarida M. de S. Rodrigues / Rute Silva / Pedro Amaral / Victor Silva

2359 O processo judicial relativo ao episódio de vandalismo na Rocha 2 da Ribeira de Piscos, 2017, Vale do Coa: Perpetradores confessos, dolo não provado...
António Batarda Fernandes

2373 A Numária da Monarquia Portuguesa: Contributo do Projeto AFONSO para a elaboração de um Catálogo Numismático Digital
Rui M. S. Centeno / Alice Baeta / Paulo César do Carmo

2383 ARQUEOLit – uma litoteca geoarqueológica
Patrícia Jordão / Sofia Soares

2389 Construção de Património: o papel dos museus na valorização da faiança portuguesa
Filipa Vilão

Prefácio

No âmbito das comemorações dos 150 anos de existência da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), a Direcção decidiu, em 2013, organizar um Congresso que permitisse às novas gerações de arqueólogos, a maior parte dos quais iniciaram a sua carreira já no século XXI, apresentar publicamente os resultados da sua actividade, e discuti-los com a comunidade arqueológica. Pretende-se assim contribuir para um frutuoso diálogo intergeracional e uma transmissão de conhecimentos, conceitos, métodos e práticas, essenciais para fazer face aos enormes desafios que se colocam aos arqueólogos, num mundo em constante mudança, em que o património arqueológico está a ser cada vez mais ameaçado por grandes projectos públicos e privados.

Nos últimos 25 anos, em grande parte devido ao impacto público da questão das gravuras de Foz Côa, verificou-se um crescimento exponencial da actividade arqueológica, assente em três pilares fundamentais: a formação académica, com a criação de licenciaturas, mestrados e doutoramentos em Arqueologia em quase todas as universidades do país, a criação de legislação específica para o património arqueológico, e de organismos públicos vocacionados para a sua gestão. Neste contexto, entendeu a Direcção da AAP que a sua acção se devia centrar mais no apoio à divulgação do trabalho dos arqueólogos, através da actividade regular das suas secções e comissões especializadas e da organização de colóquios sobre temas específicos.

Tendo-se verificado, porém, a necessidade de iniciativas susceptíveis de congregar toda a comunidade arqueológica, a nível nacional, decidiu-se dar continuidade ao I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, organizando o II Congresso em Lisboa, em 2017, em colaboração com a Faculdade de Letras e a Universidade Nova, procurando, ao mesmo tempo, descentralizar esta iniciativa, realizando em 2020 o III Congresso, em colaboração com a Universidade do Porto (o qual devido à pandemia não pôde ser presencial, o que muito lamentamos), o IV em colaboração com a Universidade de Coimbra, e agora o V, em colaboração com a Universidade do Minho.

Neste volume apresentam-se, assim, as comunicações e "posters" que serão apresentados ao V Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, que decorrerá de 18 a 21 de Novembro de 2026 na Universidade do Minho, com o apoio das seguintes instituições: Lab2PT – Laboratório de Paisagens, Património e Território; IN2PAST; Câmara Municipal de Braga; Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa; Sociedade Martins Sarmento; Câmara Municipal de Guimarães e União das Freguesias de Briteiros São Salvador e Briteiros Santa Leocádia.

Tal como os anteriores congressos organizados pela AAP, este suscitou o maior interesse junto da comunidade arqueológica, contando com um total de 191 apresentações (116 Comunicações e 75 Posters), de 397 autores, que foram agrupadas nos seguintes nove blocos temáticos: 1. Pré-História; 2. Proto-História; 3. Antiguidade Clássica e Tardia; 4. Época Medieval; 5. Época Moderna; 6. Época Contemporânea; 7. Arqueologia Pública, Comunicação e Didática; 8. Teoria, Metodologia e Historiografia; 9. Gestão, Valorização e Salvaguarda.

À semelhança dos anteriores congressos da AAP, só se aceitaram comunicações e posters entregues dentro dos prazos estabelecidos, abrangendo as Actas um total de c.2.400 páginas, que serão disponibilizadas aos congressistas e a todos os interessados através dos sites da AAP e da Universidade do Minho, de acordo com os pressupostos da Ciência Aberta e da "Ciência Cidadã", tornando a partilha do conhecimento verdadeiramente efectiva.

Durante o Congresso estão ainda programadas as seguintes visitas: Museu Dom Diogo de Sousa; Ruínas Romanas das Carvalheiras; Citânia de Briteiros; Museu da Cultura Castreja, permitindo aos congressistas conhecerem *in loco* os trabalhos mais recentes realizados nos sítios arqueológicos mais emblemáticos do Minho, no ano em que se assinalam os 50 anos da criação do Campo Arqueológico de Bracara Augusta, instituição que se encontra na génese da arqueologia bracarense.

A realização deste Congresso não teria sido possível sem o apoio incondicional das Professoras Doutoras Fernanda Magalhães e Maria do Carmo Ribeiro, da Universidade do Minho, que acolheram esta iniciativa desde a primeira hora, dos membros da Comissão Científica e da Comissão Executiva, e sobretudo sem o empenho, dedicação e profissionalismo dos nossos consócios César Neves e Patrícia Jordão, assim como do designer Paulo Freitas, a quem manifestamos aqui o nosso profundo agradecimento.

José Morais Arnaud
(Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses)

O EDIFÍCIO DA *TRANCOSO INVEST*: PRINCIPAIS RESULTADOS E CONCLUSÕES DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

João Carlos Lobão[1], Maria do Céu Ferreira[2], Inês Batista[3], Inês Fernandes[4]

RESUMO

Inaugurado em 2023, o espaço *Trancoso Invest* ocupa um edifício situado em pleno coração do núcleo amuralhado de Trancoso. Durante as obras de requalificação, este imóvel foi objeto de trabalhos arqueológicos, que revelaram um interessante e diversificado conjunto de vestígios, permitindo reconstituir e caracterizar a ininterrupta sequência de ocupação do lugar, iniciada, pelo menos, no século XII.

Além de se apresentarem os principais resultados obtidos, neste texto procura-se relevar o contributo dos mesmos para a compreensão de determinados aspetos da história e da evolução urbana de Trancoso. Neste âmbito, conjugando os dados arqueológicos com as fontes documentais, procede-se, especialmente, a uma revisão do estado dos conhecimentos sobre os Paços do Concelho desta povoação.

Palavras-chave: Cemitério medieval; Evolução urbana; Paços do Concelho.

ABSTRACT

Inaugurated in 2023, the *Trancoso Invest* occupies a building located in the heart of the walled center of Trancoso. During the renovation works, it was the subject of an archaeological intervention which revealed an interesting and diversified set of remains, allowing the reconstruction and characterization of an uninterrupted sequence of occupation in the site, which began, at least, in the XII century.

This text presents the main results obtained and seeks to highlight their contribution to the understanding of certain aspects of the history and urban evolution of Trancoso. In this context, by combining archaeological data with documentary sources, it will be carried out a review of the current state of knowledge about the Town Halls of this town.

Keywords: Medieval cemetery; Urban evolution; Town Hall.

1. INTRODUÇÃO

O imóvel ocupado pela *Trancoso Invest* ergue-se atrás da igreja de São Pedro, numa zona central do espaço cercado pelas muralhas medievais de Trancoso, e, atualmente, ocorre isolado na malha urbana, confrontando com as ruas do Pintor, dos Cavaleiros e Frei João de Lucena e, na face posterior, com o Largo Luís Albuquerque.

Apesar de ser uma construção muito simples, na qual sobressai apenas o brasão régio da frontaria, este edifício detém um forte simbolismo, por ser o local das ancestrais Casas da Câmara, Audiência e Cadeia, reedificadas em 1886-87, para aí se instalarem os mesmos serviços. Mais tarde, foi utilizado como Tribunal e como Posto da GNR.

Devoluto desde 2011, o imóvel foi entretanto requalificado pela Câmara Municipal de Trancoso, para acolher a Incubadora de Empresas – *Trancoso Invest*, que seria inaugurada a 11 de agosto de 2023. O projeto manteve todas as principais características construtivas exteriores do edifício e consistiu, fundamental-

1. Arqueólogo, Câmara Municipal de Trancoso / joao.lobao@cm-trancoso.pt

2. Arqueóloga, Câmara Municipal de Trancoso / maria.ferreira@cm-trancoso.pt

3. Arqueóloga / ines_nikita@msn.com

4. Antropóloga / ines.af@gmail.com

mente, na reformulação do sistema distributivo em torno de um novo núcleo de acessos verticais (caixa de escadas e elevador) e na reestruturação e alteração funcional das salas, como forma de criar um espaço multifuncional, dotado de áreas de trabalho, exposição e divulgação de bens e serviços (Machado, 2019). Para a sua concretização foi necessário implementar um conjunto de ações de natureza destrutiva, pelo que – dando cumprimento à legislação em vigor[5] – a execução das obras foi condicionada pelas entidades competentes à realização de trabalhos arqueológicos.

2. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA:

Assegurada pelo gabinete de arqueologia da autarquia[6], a intervenção arqueológica inscreveu-se num quadro preventivo de avaliação e minimização de impactes face à componente intrusiva do projeto no solo e no edificado.

Os trabalhos de campo iniciaram-se com o registo descritivo e levantamento fotográfico geral do imóvel, com a documentação das técnicas e materiais construtivos utilizados na sua estrutura interna e com a monitorização das ações de remoção dos pavimentos térreos, que logo conduziu à deteção dos primeiros vestígios arqueológicos. Após a remoção da terra e cimento que cobriam as estruturas identificadas e a par do registo gráfico/fotográfico das mesmas, deu-se início à escavação das duas sondagens previstas no plano de trabalhos (1-2). Face à presença de novos vestígios, realizaram-se mais três sondagens (3-5), estendendo-se, assim, a escavação a quase toda a área cujo subsolo seria afetado pela edificação das fundações e instalação do elevador (**Figura 1**)[7].

Perante os resultados obtidos, os projetos de especialidades foram sujeitos a alterações, por via das quais foi possível preservar, ocultas no subsolo, praticamente todas as estruturas que haviam sido colocadas a descoberto, legando-as, desta forma, às gerações vindouras. Estas alterações revelaram-se, no entanto, insuficientes para impedir o surgimento de novos contextos com interesse patrimonial, o que motivou, durante o acompanhamento arqueológico da obra, a realização de acrescidas ações de escavação (sond.6) e registo[8].

3. RESULTADOS DA INTERVENÇÃO:

3.1. O cemitério da paróquia de São Pedro

A primitiva ocupação de quase todo o espaço interior do imóvel refere-se à sua utilização como cemitério, do qual se identificaram 18 sepulcros, nas sond.1 e 3 a 5. Entre eles, três foram assim classificados com algumas reservas, pelo facto de se encontrarem maioritariamente fora da área intervencionada ou ocultos por estruturas ulteriores (sep.3, 5 e 17). Pelo mesmo motivo, somente 12 das sepulturas foram, total ou parcialmente, escavadas e, entre as 10 inumações primárias inventariadas, apenas sete foram exumadas (**Figura 2**)[9].

Nenhum dos túmulos intervencionados preservava a cobertura. Não obstante, os elementos pétreos justapostos observados junto ao corte da sond.5 foram interpretados como provável tampa de um sepulcro que lhe estará subjacente (sep.3)[10]. Com este deverá ainda relacionar-se a estela discoide que se encontrava embutida no corte da sondagem e que, apesar de tombada, parecia estar no seu local original.

As sepulturas seguiam a mesma orientação genérica de sentido Oeste-Este e apresentavam soluções construtivas diversas: cinco correspondiam a simples covas abertas na terra (sep.1, 6, 9, 11 e 16), cinco a cavidades de formato antropomórfico escavadas

5. O edifício insere-se na Zona Especial de Proteção do Castelo e Muralhas de Trancoso, classificados como Monumento Nacional pelo D. L. n.º 7586, DG, I Série, n.º 138 de 08-06-1921 (ZEP: DG, II Série, n.º 285 de 10-12-1955).

6. A intervenção decorreu sob a direção técnica dos signatários e contou com a participação dos arqueólogos: André Marques, Gonçalo Paulos do Nascimento e Ana Gabriel. A eles agradecemos toda a colaboração prestada nos trabalhos de campo e no tratamento inicial do espólio exumado. A André Marques, agradece-se, também, a tradução do resumo do presente artigo.

7. Os trabalhos iniciais de registo e escavação efetuaram-se entre 27 de janeiro e 23 de julho de 2021.

8. O acompanhamento arqueológico decorreu entre 8 de abril de 2022 e 4 de abril do ano seguinte. Nesta fase, os trabalhos de registo incidiram sobre uma vala aberta em toda a extensão da face exterior da fachada, onde se observaram alguns vestígios, não considerados neste estudo.

9. Não foram escavados os túmulos: 3, 5, 7, 12-13 e 17; e no que respeita às inumações, permaneceram *in situ* os indivíduos 4/sep.6, 5/sep.7 e 8/sep.11, bem como os vestígios incertos detetados nas sep.5, 12 e 13.

10. A laje granítica, fraturada por revolvimentos posteriores, que se conservou na sond.1 poderá, igualmente, tratar-se de uma tampa, pertencente a um túmulo não contabilizado.

na rocha ou saibro (sep.2, 10, 12, 15 e 18) e duas a caixas estruturadas com pedras irregulares de granito (sep.4 e 14)[11]. Independentemente da sua tipologia, quase todos os sepulcros tinham o substrato geológico como fundo; e pelo menos quatro – dois rupestres e dois "em caixa" – destinaram-se a enterramentos infantis.

Ainda que não se tenham recuperado evidências diretas do seu uso, alguns indicadores osteológicos observados nos indivíduos 1/sep.1 e 2/sep.2 sugerem que os defuntos terão sido inumados envoltos numa mortalha. Os corpos, colocados diretamente na cavidade tumular, encontravam-se depostos em decúbito dorsal, ostentando, quando observável, o crânio apoiado sobre o occipital ou virado para a direita, os membros superiores semi ou híper-fletidos e direcionados para o tronco ou bacia e os membros inferiores esticados e paralelos. Desta forma e dada a disposição dos túmulos com a cabeceira no quadrante poente, os defuntos repousavam voltados para nascente, obedecendo a uma prática ritual que, não sendo exclusiva do Cristianismo, está nesta religião associada à crença na Ressurreição e no dia do Juízo Final. Também como característica transversal aos enterramentos de época medieval e moderna, dos indivíduos exumados, apenas um (9/sep.14) poderá ter sido acompanhado de espólio funerário[12].

O conjunto osteológico inventariado integra 10 inumações primárias, três ossários e remanescentes dispersos, correspondentes a um número mínimo de 23 indivíduos. A preservação destes vestígios era, em geral, fraca, com elevada fragilidade cortical, fraturas *post mortem* e sinais de perturbação antrópica. Dos 21 indivíduos de maturação avaliável, sete seriam não adultos, dois deles na 1ª infância e um na 2ª infância. Entre os 14 adultos, encontravam-se três adultos jovens e pelo menos um indivíduo de meia-idade. A diagnose sexual foi limitada, tendo-se identificado apenas dois indivíduos do sexo feminino e dois do sexo masculino. As alterações paleopatológicas observadas incluíam, sobretudo, patologia oral, alterações degenerativas ligeiras, lesões traumáticas, periostite e indicadores de stresse fisiológico, nomeadamente *cribra orbitalia* e hipoplasias lineares do esmalte dentário. Neste campo, destaca-se o indivíduo 2/sep.2, que apresentava lesões compatíveis com um processo infecioso crónico ou sistémico, podendo tratar-se de um caso de osteomielite, treponematoses ou outras infeções com expressão periosteal[13].

O espaço sepulcral colocado a descoberto inscrevia-se num cemitério bastante mais vasto, polarizado pela igreja de São Pedro. Esta associação permite, logo à partida, integrá-lo num momento que terá início na segunda metade do século XII, vinculado à fundação daquela igreja. Considerando a cronologia do tipo de sepulcros identificados, nomeadamente das sepulturas escavadas na rocha (Martin Viso, 2014; Barroca, 2021: 46-64), não é, contudo, de excluir a hipótese de o mesmo ter uma origem anterior, constituindo um dos locais de enterramento altomedievais de Trancoso. Por sua vez, como se verá na continuação, as sepulturas e inumados registados nas sond.1, 3 e 4 têm uma cronologia que não deverá ultrapassar os finais do século XIII, enquanto os restantes, da sond.5, são indubitavelmente anteriores aos meados do século XVII.

A exiguidade da área escavada não possibilitou a obtenção de informações consistentes sobre o uso e gestão desta zona periférica e, em parte, precocemente abandonada do cemitério. A distribuição ordenada – mas aparentemente descontínua – dos túmulos, dando lugar a espaços vazios, aponta para um fracionamento do campo sagrado, eventualmente resultante de uma organização plurinuclear do mesmo ou da presença de zonas de circulação. Nas áreas ocupadas, parece ter-se adotado uma estratégia que privilegiou o seu uso continuado, como o deixam transparecer a intensa reutilização da sep.2 e a reocupação de locais específicos de enterramento, atestada pela quase total sobreposição das sep.8, 9 e 10.

3.2. Indícios da evolução urbana

A nascente do cemitério, na sond.6, identificou-se parte de uma estrutura, composta por uma cavidade de formato ovalado irregular (140 x 110? cm) e perfil aberto, circundada, na área visível, por dois buracos

11. Relativamente às de tipologia não determinada, a sep.13 seria possivelmente uma cavidade aberta no solo, com o leito parcialmente escavado na rocha, e as sep.5, 7 e 17 serão, também, em parte ou totalmente rupestres. Por sua vez, a sep.8 talvez fosse delimitada com pedras avulsas.

12. O estado de degradação do pequeno fragmento de cobre detetado junto ao crânio não permite, porém, confirmar a sua finalidade ritual, o mesmo acontecendo com outros três fragmentos recolhidos nas sep.1 e 2, cuja associação aos respetivos inumados é mais duvidosa.

13. A tuberculose surge como um diagnóstico menos provável e a lepra não pôde ser devidamente avaliada.

de poste ovalados (**Figura 3**)[14]. Esta estrutura foi inteiramente escavada no substrato geológico, o que impediu a obtenção de uma cronologia para a sua construção, e, embora a sua funcionalidade permaneça indeterminada, estaria provavelmente associada a um espaço habitacional ou produtivo. A análise preliminar do espólio recolhido nos sedimentos que a colmatavam permite situar genericamente o seu abandono no século XII.

Mais tarde, sobrepondo-se a esta estrutura e a parte do espaço funerário adstrito ao adro da igreja de São Pedro, ergueu-se, pelo menos, um edifício, de que se registaram, nas sond.1, 3 e 4, alguns trechos de muros em alvenaria de granito, vestígios de valas de fundação dos alicerces e restos de dois pavimentos: um lajeado, na sond.3, e outro de terra batida, na sond.4 (**Figura 3**). Devido à reduzida área escavada e à destruição provocada pelas construções de épocas posteriores, pouco se pode adiantar sobre a dimensão e configuração deste conjunto edificado.

Quanto à sua construção, ainda que os dados não sejam taxativos, é possível que tenha ocorrido após a estruturação do quarteirão que outrora ocupava o Largo Luís Albuquerque, isto é, na sequência da profunda reforma urbanística que acompanhou a ampliação da cerca amuralhada de Trancoso, empreendida por D. Afonso III ou D. Dinis, na segunda metade do século XIII. Esta reforma abarcou uma parte substancial da nova área intramuros, onde se gizou um traçado urbano regulado, com tendência para a ortogonalidade das ruas e quarteirões (Barroca, 2000: 225).

Até este período, a povoação de Trancoso foi protegida por outra cintura de muralhas, cujo traçado, considerando a morfologia do centro histórico, encontra-se, decerto, fossilizado na malha urbana pelo trajeto da Rua dos Cavaleiros (Correia, 1986: 171). Deste modo, a igreja de São Pedro e a área envolvente em análise localizavam-se inicialmente no exterior das muralhas, quiçá junto a uma das suas portas (**Figura 5**). Neste contexto, a estrutura negativa primeiramente descrita neste ponto adquire outro destaque, porquanto vem adensar o número de vestígios já conhecidos que apontam para a precoce formação de um arrabalde junto à cerca amuralhada e para uma expansão mais vasta de Trancoso pelo espaço extramuros, antes dos meados do século XIII.

14. O ulterior uso do seu local de implantação adulterou ligeiramente a configuração da cavidade maior.

3.3. As Casas da Câmara, Audiência e Cadeia

No século XVII, o conjunto edificado da fase anterior foi demolido para dar lugar a um novo edifício, cuja construção acarretou, uma vez mais, a apropriação de uma parte do adro da igreja de São Pedro. Este imóvel, que as fontes escritas identificam com as Casas da Câmara, Audiência e Cadeia, constitui a génese daquele que hoje aí se conserva, pois, de acordo com os dados obtidos na escavação, as fundações e uma maior ou menor extensão das atuais paredes exteriores pertencem ainda ao edifício seiscentista. O mesmo se verificava em relação às paredes-mestras, que compartimentavam o espaço térreo em seis salas, dispostas em duas filas, de dimensão desigual, paralelas à fachada. Todavia, estas acabaram por ser inteiramente desmontadas na década de 1970, preservando-se apenas os seus robustos alicerces (**Figura 4**).

Aquando das obras de construção deste imóvel, o local foi utilizado como área de despejos, onde se descartaram, pelo menos, dois "conjuntos" de louça, que integravam dezenas de peças cerâmicas (sobretudo tigelas, taças e púcaros) ainda inteiras ou com o perfil completo. Seguindo a evolução proposta por Tânia Casimiro (2013), as faianças recolhidas nestes e nos restantes depósitos relacionados com as obras detinham uma grande uniformidade no que se refere à cronologia de fabrico, balizando-se entre 1610 e 1660 – o que permitiu enquadrar a edificação das Casas da Câmara, Audiência e Cadeia no segundo ou terceiro quarteis do século XVII.

As profundas transformações operadas nestas casas ao longo do século XIX, amplamente comprovadas pelas fontes escritas e pela arquitetura do imóvel, não deixaram registos significativos no subsolo da área escavada. Na verdade, deste período apenas se detetou uma conduta para escoamento de águas-negras, que atravessava a sond.1 e, também, a sond.3, onde reaproveitou o lajeado que aí existia do edifício precedente. Esta infraestrutura foi desativada e assaz destruída no decurso de novas obras, atribuíveis à empreitada de requalificação do edifício para Tribunal Judicial[15]. Executada já na década de 1920, esta intervenção comportou a remodelação do espa-

15. Ainda que maioritariamente resumida às lajes que compunham a sua base, no atravessamento do muro que delimita a sond.1 a norte, esta conduta conservou as paredes laterais e a laje de cobertura e ostentava, no interior, uma grade para retenção de detritos.

ço interno (testemunhada pela introdução de novas soleiras) e a pavimentação do *hall* de entrada com um imponente lajeado granítico.
A última etapa registada nos trabalhos arqueológicos corresponde às obras realizadas nos anos 70 do século passado, para adaptação do imóvel a Posto da GNR, as quais consistiram na demolição de todo o interior e na construção de uma nova estrutura, composta por lajes de betão e paredes em alvenaria de tijolo.

4. ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS PAÇOS DO CONCELHO DE TRANCOSO

A essência de um concelho radicava no funcionamento do *concilium* ou assembleia de vizinhos, onde se discutiam os assuntos de interesse para a vida municipal e que, dada a sua dimensão, por regra tinha lugar em espaços desafogados e maioritariamente a céu aberto, como, por exemplo, num adro, praça ou claustro.
Como resultado de diversos fatores, a partir do século XIV produzem-se um conjunto de sucessivas inovações legislativas que conduziram quer à transferência dos poderes daquela assembleia para um grupo restrito de homens-bons (vedores / vereadores), quer a um crescente rigor, sigilo e complexidade dos atos administrativos, propiciando o surgimento e a vulgarização de espaços próprios para a governação concelhia: as Casas da Câmara ou Paços do Concelho (Trindade, 2013: 613-618).
Em Trancoso, no final desta centúria, era ainda junto à igreja de São Pedro que decorriam, pelo menos, as reuniões de participação alargada, pois foi "*sóó Alpender de Sam pedro da dicta villa*" que o concelho, a 10 de julho de 1383, elegeu os seus procuradores às Cortes de Santarém (Marques, 1993: 367), sendo igualmente "*no adro da eigreia de sam pedro*" que, a 18 de fevereiro de 1395, o inquiridor régio Roy Perez, de Trancoso, se reuniu com o ouvidor, vereadores, procurador, tabeliães e "*outros moitos homées bóós da dicta villa*" (Freire, 1916).
Nesta época e particularmente desde D. João I, é plausível que o concelho possuísse já uma Casa da Câmara, tanto mais que, em muitos casos, esta era apenas um edifício modesto e, frequentemente, adaptado de outros usos. Porém, somente no reinado de D. Manuel I se documenta, em Trancoso, um imóvel destinado a esse fim, o qual, em 1498, estava justamente em construção. De facto, nos capítulos apresentados às Cortes de Lisboa desse ano, Trancoso pedia ao rei que "*lhe faca merçe das terças do dito Concelho que perteçem a vosa alteza*", uma vez que enfrentava grandes despesas, "*espicialmente agora que sse em a dita villa faz hua casa de cadea e outra casa pera camara e asy huu Rologio que ao menos que tudo pode custar C^to^ L mjl rreaes*" (Dias, 2002: 550).
As escavações efetuadas na *Trancoso Invest* vieram refutar a proposta de este edifício (descaracterizado em finais de novecentos) corresponder à Casa da Câmara citada naquele documento (Caetano, 2011: 345), pondo em evidência informações constantes das memórias paroquiais de 1732, que não haviam sido, até então, devidamente valorizadas.
Na verdade, a leitura atenta destes registos permite concluir que as diferentes alusões à Câmara dizem respeito a dois edifícios distintos: enquanto o pároco de São Pedro (cit. por Correia, 1989: 24) se refere à casa onde nessa data funcionava a Câmara, mencionando que "*na terseira face* [da Praça] *se faz temer a magestoza Caza da Justiça, onde na prezença do Doutor Juis de Fora, e mais officiais da Camera se dispoem, alteram, ou modeficam todos os mouimentos da republica, tendo contiguo huma forte Cadeya, segurança firme dos delinquentes desta Commarca*"; o arcipreste da igreja de São Tiago (cit. por Correia, 1989: 58) alude a uma outra, mais antiga, que correspondia, decerto, ao edifício de época manuelina, dizendo que no meio da vila (ou perto da Praça como refere o abade da Senhora da Fresta) "*está hũa torre quadrada em bastante altura, onde esta o relogio, e antigamente era Cadeya, junto della estava a Caza da Camera, que se queymou Com o Cartorio, rezão porque hoje se ignorão As antiguidades e privilégios desta Villa*". Articulando estas duas informações, numa das memórias não transcritas por Lopes Correia, o pároco de São João Extramuros refere que a vila "*nam consta de prevelegios por se queimar ha mutos annos o cartorio da Camera, Casa que despois se mudou para milhor sitio contigua a coal esta a cadeia*".
Conforme indicado na petição ao rei, os Paços do Concelho de finais de quatrocentos seriam, assim, formados por uma casa da câmara, à qual se adossava a casa da cadeia, que, por sua vez, integrava uma torre do relógio, quadrada e bastante alta. Sobre o aspeto destas casas não existem outras referências conhecidas, mas a sua torre é descrita no Tombo do Concelho de 1677, onde se indica que era de cantaria, com uma escada exterior de acesso ao relógio, que tinha um sino muito grande e que possuía as se-

guintes medidas (em varas): 4 a norte, 3,5 a sul, 7 a nascente e 6 a poente (Saldanha, 2016: 99).

Mencionada ao longo dos tempos por se encontrar degradada ou em reparação, a torre do relógio persistiu até inícios do século XIX, sendo mandada demolir pela Câmara, em 1827, uma vez que estava "*arruinada (...) sem admitir concerto*" (Saldanha, 2016: 99-100). Perante a longevidade e supervivência tardia da torre, parece não haver dúvidas de que esta confrontava com a rua que lhe tomou o nome; e, neste sentido, é provável que os Paços do Concelho manuelinos se localizassem na área mais a nascente do quarteirão que se situa a norte daquela rua, isto é, no "meio da vila" e "perto da Praça" (**Figura 5**).

Em 1615, o estado de degradação das Casas da Câmara levou a vereação a encetar diligências no sentido de as vender e construir umas novas. Por dificuldades de financiamento, o processo não avançou, de tal modo que, em dezembro de 1656, se deliberou que as sessões da câmara e tribunal passassem a decorrer nas casas de José Saraiva de Sampaio (Saldanha, 2016: 106). Apesar do silêncio das fontes escritas[16], conjugando os dados arqueológicos com as referências documentais, é precisamente neste período subsequente que se constroem uns novos Paços do Concelho, pois, em 1677, estes são sumariamente descritos no Tombo do Concelho (Saldanha, 2016: 107) com características que remetem para o edifício onde hoje se encontra a *Trancoso Invest*. Consagrando a centralidade entretanto alcançada pelo adro da igreja de São Pedro, as novas Casas da Câmara ocuparam toda a face posterior deste largo e compunham um imóvel de grande impacto urbanístico, no qual sobressaíam o brasão régio, o campanário e o vultuoso balcão, em cantaria, de acesso ao piso nobre.

Estas casas parecem ter chegado ao século XIX sem alterações de vulto, pois, sempre que discriminadas, as obras documentadas desde finais do século XVII correspondiam a ações de manutenção e conservação corrente do imóvel e, particularmente, da cadeia. No decurso da III Invasão Francesa (1810-11), os Paços do Concelho – então utilizados como hospital britânico (Correia, 1989: 172) – foram um dos muitos edifícios afetados pelo exército invasor, obrigando à aquisição de novo mobiliário, em 1814, e à reparação das casas, o que só viria a acontecer em 1835-36.

16. É de salientar que, para este período, não se conservam os respetivos acórdãos camarários.

Para além dos trabalhos de carpintaria, estas obras acarretaram a abertura de uma janela, a mudança de outra na parede sul e a reconstrução das paredes da loja por baixo da sala de audiências (Saldanha, 2016: 109). Menos de dez anos depois, em 1844, promoveram-se grandes obras no edifício, que se terão prolongado até 1846. Segundo o acórdão de 24 de maio daquele ano, projetaram-se diversas modificações estruturais, como a abertura de vários portais na frontaria e no alçado esquerdo e o prolongamento do balcão até à esquina norte da fachada, sendo, a partir de então, que os Paços do Concelho adquirem a imagem com que foram eternizados no desenho elaborado por Xavier da Cunha (**Figura 6**).

Perante a falta de condições e exiguidade do espaço, em maio de 1884 a câmara deliberou proceder à reedificação dos Paços do Concelho[17]. Com projeto do apontador de obras públicas, José Durão Padilha, as obras foram executadas entre março de 1886 e agosto do ano seguinte (Bravo, 1917: 170-172) e conferiram ao imóvel a feição com que, grosso modo, chegou à atualidade. Embora tenham transfigurado o seu aspeto exterior – nomeadamente da fachada, que foi reconfigurada ao nível dos vãos e perdeu o notável balcão exterior –, o alcance destas obras não foi tão profundo como transparecem as fontes escritas, pois a área interna do imóvel manteve-se, bem como parte significativa das paredes estruturantes. O edifício continuou, portanto, incapaz de acolher todos os serviços públicos, pelo que, tendo em vista a sua ampliação, logo no ano seguinte se determinou a compra do solar do Morgado das Cabras e restantes casas situadas nas traseiras dos Paços do Concelho (Saldanha, 2016: 115-116).

Apesar dos projetos desenvolvidos com esse intuito, em 1914, a Câmara deliberou adquirir a antiga Casa da Abadia, sita no largo de São João, para aí se construírem os atuais Paços do Concelho (Correia, 1986: 132-133). O projeto da nova Câmara – um imponente edifício de arquitetura revivalista neorromânica – foi concebido pelo condutor de Obras Públicas da Direção de Coimbra, José Fernandes da Cunha, e as

17. Pelos mesmos motivos, já a 25 de Outubro de 1864 a Câmara havia solicitado ao Governo a cedência do extinto Convento de Santa Clara (Correia, 1989: 286-287); em 1879, as repartições públicas distribuíam-se por diversas casas da vila (Saldanha, 2016: 114); e, em 1883, a Câmara e o Tribunal passaram a funcionar no primeiro andar da casa dos Condes de Tavarede (Bravo, 1917: 170).

obras foram executadas por António Santiago, entre 3 de julho de 1916 e finais de 1920 (Correia, 1986: 133 e Correia, 1989: 369).
Quanto ao antigo edifício, conforme o preconizado, foi, a partir de 1921, reabilitado para Tribunal e demais repartições dele dependentes. Também da autoria de José Fernandes da Cunha, o projeto manteve o aspeto exterior do imóvel e toda a sua estrutura autoportante (Bravo, 1933: 145), procedendo, contudo, a uma reorganização funcional do espaço interno, que se traduziu na alteração dos vãos preexistentes. Acoplado aos Paços do Concelho, no local das casas compradas anteriormente, edificou-se a cadeia, inaugurada a 25 de julho de 1929 (Bravo, 1933: 145). Projetada por António Maria Fernandes, esta constituía um edifício térreo e de planta em 'U', estruturada em torno de um pátio central, que se destacava pelo coroamento ameado.
Com a inauguração do Palácio da Justiça, a 2 de maio de 1971, o edifício foi, pouco depois, novamente requalificado, desta feita para acomodar o Posto da GNR. A cadeia foi, então, demolida, o que permitiu a ampliação do Largo Luís Albuquerque; e, no antigo Tribunal, apenas se aproveitaram as paredes exteriores. Tudo o que restava da multisecular compartimentação interna deste edifício foi, assim, demolido e substituído por uma nova estrutura, que, não obstante as alterações, ainda hoje perdura.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de restringidos às áreas de afetação da empreitada, os trabalhos arqueológicos preventivos realizados no edifício da *Trancoso Invest* possibilitaram a identificação e caracterização de um amplo conjunto de vestígios arqueológicos. Para além das estruturas colocadas a descoberto e do vasto espólio exumado, a intervenção revelou uma sequência estratigráfica que permite a compreensão das dinâmicas de ocupação deste local, desde a Idade Média até à época Contemporânea.
Dezoito sepulturas, muitas das quais com remanescentes ósseos humanos, comprovam a primitiva utilização de parte do espaço como cemitério, integrado no adro da igreja de São Pedro; e uma estrutura negativa de difícil interpretação, que delimita o espaço funerário a nascente, sugere a precoce integração desta área, então extramuros, no tecido urbano de Trancoso. Por sua vez, as ruínas de dois edifícios, sucedâneos no tempo, testemunham a gradual apropriação deste flanco do cemitério/adro pelo edificado da vila. O último destes imóveis, erigido entre 1657 e 1677, corresponde às Casas da Câmara, Audiência e Cadeia, que, pese embora a sua profunda descaracterização, constitui a génese do edifício hoje existente no local.
Os resultados obtidos contribuíram ainda com importantes achegas para a reconstituição da história dos vários Paços do Concelho de Trancoso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCA, Mário (2000) – Aspectos da evolução da arquitectura militar na Beira Interior. *Beira Interior: História e Património*. Guarda: Câmara Municipal, pp. 215-238.

BARROCA, Mário (2021) – Os estudos sobre sepulturas escavadas na rocha em Portugal, trinta anos depois. *Sepulturas Escavadas na Rocha da Fachada Atlântica da Península Ibérica: Atas do Congresso Internacional*. Porto: CITCEM, pp. 47-76.

BRAVO, Henrique, dir. (1917) – *Almanach-Annuario de Trancoso*. Trancoso: Folha.

BRAVO, Henrique, dir. (1933) – *Almanach e Annuario de Trancozo*. Trancoso: Folha.

CAETANO, Carlos (2011) – *As Casas da Câmara dos concelhos portugueses e a monumentalização do poder Local (Séculos XIV a XVIII)*. Lisboa: FCSH da Un. Nova. (Dissertação de Doutoramento em História da Arte Moderna, policopiada).

CASIMIRO, Tânia (2013) – Faiança Portuguesa: datação e evolução crono-estilística. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: DGPC. 16, pp. 351-367.

CORREIA, Lopes (1986) – *Notícias de Trancoso*. Trancoso: Câmara Municipal.

CORREIA, Lopes (1989) – *Trancoso: Notas para uma Monografia*. 2.ª ed. revista e aumentada. Trancoso: Câmara Municipal.

DIAS, João, org. (2002) – *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*. Lisboa: CEH da Un. Nova.

FREIRE, Anselmo Braancamp, ed. (1916) – Tombo da Comarca da Beira (1395). *Achivo Historico Portuguez*, Lisboa. 10, pp. 208-366.

MACHADO, António de Sá (2019) – *Requalificação do Antigo Edifício da G.N.R – Incubadora de Empresas: Memória Descritiva do Projeto de Execução*. Braga: BOassociados – Projetos de Engenharia.

MARQUES, A. H. Oliveira (1993) – *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*. 2.

MARTÍN VISO, Iñaki (2014) – Datar tumbas o datar procesos? A vueltas con la cronología de las tumbas excavadas en la roca en la Península Ibérica. *Debates de Arqueologia Medieval*. 4, pp. 29-65.

SALDANHA, Pedro (2016) – *Trancoso – Uma Monografia: a Vila, o Seu Campo, o Seu Aro e as Suas Freguesias*.

TRINDADE, Luísa (2013) – *Urbanismo na Composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

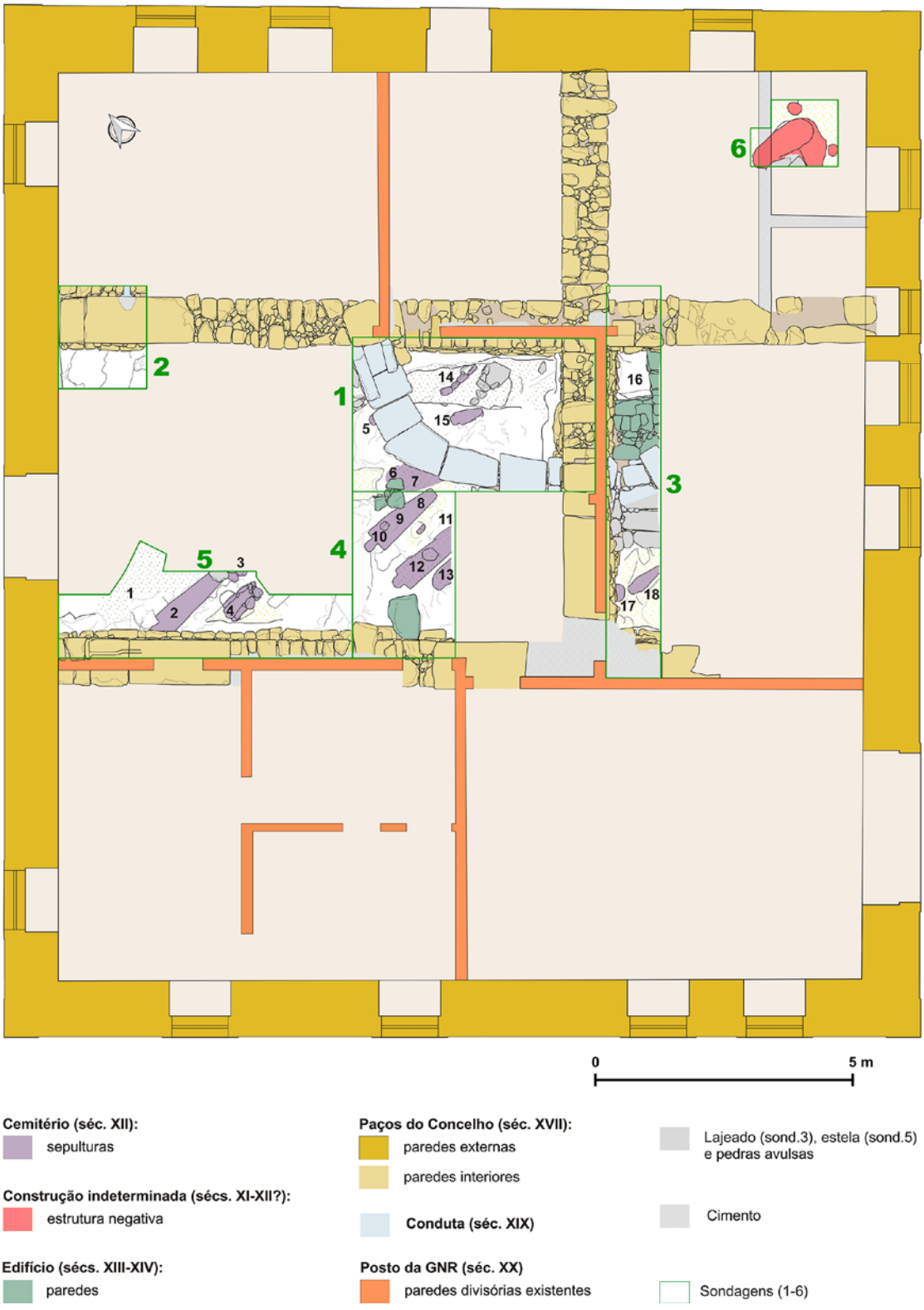


Figura 1 – Planta final da intervenção arqueológica realizada no edifício da *Trancoso Invest*.



Figura 2 – Vistas da área cemiterial, em fase de escavação na sond.4 (em cima) e após a sua conclusão na sond.5 (em baixo).



Figura 3 – Perspetivas da estrutura negativa de época medieval observada na sond.6 (em cima) e dos alicerces pertencentes ao imóvel construído depois de meados do século XIII, registados na sond.3 (em baixo).



Figura 4 – Alicerces das paredes-mestras das Casas da Câmara seiscentista presentes nas sond.1 (em cima) e 5 (em baixo). Na perspetiva da sond.1, visualizam-se, também, o aqueduto construído no século XIX, para drenagem de águas-negras, e duas sepulturas infantis.



Figura 5 – Representação das principais etapas da expansão urbana de Trancoso até ao século XIX (**A**) e identificação dos locais de reunião da administração concelhia (**B**), sobre planta da vila elaborada, em 1895, pelo Conde de Tavarede e pelo Coronel Norberto de Campos. O edifício da *Trancoso Invest* corresponde ao n.º 3.



Figura 6 – Reconstituição, pelo engenheiro Xavier da Cunha, dos Paços do Concelho como eles eram antes da sua reedificação em 1886-87.